

Editorial

editorial

“Por que, para que e para quem praticamos a pesquisa histórica?”, perguntava-se Reinhart Koselleck em 1971. Fazendo eco a Marc Bloch ou a Edward Carr, ou ainda, mais recentemente, a Anthony Grafton – o que é, o que foi a história afinal? – quem dentre nós, profissionais da disciplina, já não se colocou tal questão? Ou, pior, foi colocado diante dela por um filho intrigado, por um aluno curioso, por um amigo desconfiado, ou por uma pessoa francamente desagradável?

A questão pode adquirir contornos existenciais. Por exemplo, em abril de 1977, na revista *Magazine Littéraire* é publicado um dossiê que reproduz uma mesa-redonda com importantes historiadores franceses e no qual lemos o seguinte diálogo. Jacques Le Goff: “Para responder à pergunta feita por Paul Veyne a respeito das motivações do amador e do consumidor de História, tenho a impressão de que este amador ou este consumidor pede à História respostas para o famoso quadro de Gauguin, ‘De onde viemos? O que somos? Para onde vamos?’ [de 1897]”. Paul Veyne: “No meu tempo, perguntava-se isso a *L’être et le néant*”.

Ironias à parte (deixemos Sartre se entender com Lévi-Strauss), trata-se de um debate inconcluso, cuja irresolução tem, por um lado, dificultado a compreensão de nossa prática epistemológica e, por outro, tem-na estimulado. Mais do que um sintoma da crise do historicismo das primeiras décadas do século XX, ou do relativismo que emerge após a Segunda Grande Guerra, ou das incertezas do regime de historicidade contemporâneo, o questionamento atinge o âmago do nosso campo de saber, pois envolve não apenas a escrita da história, mas também o leitor de história, ou, em termos mais amplos, ainda segundo Koselleck, o “exíguo *feedback* entre a investigação [histórica] e o interesse público da sociedade”.

Mais do que enfrentando uma crise, estaríamos diante de uma mudança paradigmática, no sentido do velho Thomas Kuhn? Que história estamos fazendo? O que escrevemos sob esse rótulo? O que e como lemos o que hoje chamamos de história? Segundo qual ordem do tempo os gestos da escrita e da leitura estão articulados? Existe tal articulação? Nesse sentido, estariam vigentes as dimensões temporais da existência humana (passado, presente, futuro), entrelaçadas de modo que a pesquisa histórica funcione como uma *mediadora* de uma autoconsciência individual e social? Se a finitude da experiência humana remete, como assinalava Heidegger, a sua temporalidade, e essa, às valências históricas de cada situação, então como pensar nossa contemporaneidade, na qual o passado, na mesma medida em que é investigado, é esquecido como experiência, o presente é imobilizado em si mesmo como se resguardasse ou afastasse a história da ideia de presença, e o futuro se encontra destituído de imagens e de cores?

Assim, se o problema, antes, era o de dominar o passado para compreender o presente, o de hoje parece ser o de tentar entender o presente sem a ilusão de dominá-lo, pois não passa pela cabeça de praticamente ninguém, ou, pelo menos, de nenhum historiador sensato, reivindicar o domínio sobre um estrato de tempo no qual a pluralidade de atores conectados em rede mundial se manifesta livremente (con)fundindo as fronteiras da história.

Ora, essas considerações não precisam nos conduzir pelos caminhos de um neopirronismo histórico inconsequente (sim, pois há um consequente, sobretudo quando associado a uma dose controlada de ceticismo), mas, talvez, possam nos levar à reflexão necessária e incontornável sobre os limites e potencialidades do nosso campo de investigação. Nossa *História da Historiografia* (HH) tem procurado debater com rigor acadêmico essas e outras questões. Escrita e lida desde 2008, HH constitui-se em um espaço democrático de discussão teórica e metodológica sobre a história, onde o que importa não é a idade ou a titulação dos autores, mas a qualidade do artigo, da resenha, do documento comentado.

Neste número, como anunciado no anterior, não temos um dossiê, mas um conjunto de artigos e resenhas nos quais o leitor não terá dificuldade em perceber referências diretas, indiretas, enviesadas, às questões levantadas acima.

São nove artigos cujas temáticas abrangem desde problemas relacionados à consciência histórica ("On historical consciousness and popular pasts", de Kalle Pihlainen), passam por temas como o *revival* ou a reconfiguração da história social no início do século XXI (Beatriz I. Moreyra), pela contribuição de Nikolai G. Tchernichévski à filosofia da história russa no século XIX (Camilo José Teixeira Lima Domingues), pela historiografia medieval espanhola (Carla Cimino), por um exercício de historiografia comparada da Europa e da Ásia partindo da obra de Kenneth Pomeranz (Diogo Ramada Curto *et alii*), por um ensaio acerca do diálogo, aparentemente inesgotável, entre Antigos e Modernos e a tradição historiográfica (Francisco Murari Pires), por uma análise do futuro e da história em épocas presentistas (Gisele Iecker de Almeida), por uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos brasileiros a partir da *public history* (Jurandir Malerba), até, finalmente, concluir com uma providencial retomada do pensamento de Alexandre Koyré e Lucien Febvre (Marlon Salomon).

Quanto às resenhas, apresentamos uma redigida com competência inequívoca pela historiadora argentina Martha Rodríguez e cinco escritas por jovens e promissores pesquisadores brasileiros: Bruno de Macedo Zorek, Eduardo Wright Cardoso, Géssica Góes Guimarães Gaio, Isabela Soraia Backx Sanabria e Lidiane S. Rodrigues. Eles são críticos, mas gentis; polêmicos, mas acadêmicos; ousados todos, ainda bem!

Boa leitura a todos/as!

Pelo Conselho Editorial
Temístocles Cezar (UFRGS)